

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.962 - SP
(2019/0159959-5)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : LUCIANE APARECIDA BARBOSA
ADVOGADO : TELMA NAZARE SANTOS CUNHA - SP210982
EMBARGADO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR : FRANCISCO MAIA BRAGA E OUTRO(S) - SP330182

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por LUCIANE APARECIDA BARBOSA à decisão de fls. 228/229, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Como informado nos autos, o recurso foi protocolado tempestivamente no dia 28 de novembro de 2018, contudo, fisicamente através da seção de protocolo da Comarca de Registro, razão pela qual foi devolvida em 03/12/2018, quando já no Complexo Judiciário Ipiranga.

Necessário destacar que, como já se expôs durante o protocolo digital do recurso, a parte autora/embargante não pode ter o seu direito prejudicado por mero equívoco no momento do protocolo da petição, considerando que foi protocolada antes de findar o prazo de interposição do recurso. Veja-se que o serventuário da Justiça do Tribunal aceitou, sem qualquer ressalva, a peça do processo pelo meio físico, razão pela qual se entendeu, naquela oportunidade, que o protocolo físico estava correto (fl. 234).

[...]

Destarte, é preciso também que seja sanada a referida omissão, uma vez que a decisão não analisou ou fez qualquer menção ao que fora destacado no momento da interposição digital do Recurso Especial, se limitando a tratar apenas sobre a ocorrência ou não de feriado (fl. 237).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Superior Tribunal de Justiça

A interposição errônea de recurso no tribunal de origem não interrompe nem suspende o prazo recursal, não podendo ser aceito o protocolo físico ao invés do protocolo eletrônico, tampouco a data do protocolo eletrônico quando o processo é físico. A responsabilidade pelo procedimento correto é exclusiva da parte.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROTOCOLO ELETRÔNICO. CABIMENTO DE PROTOCOLO FÍSICO. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A interposição do recurso de forma equivocada, perante o tribunal de origem, não tem o condão de interromper ou suspender o prazo recursal não podendo ser aceito o protocolo físico quando o correto seria o de forma eletrônica, ou admitir-se a data do protocolo eletrônico quando o processo deveria ser físico, uma vez que a responsabilidade pelo procedimento correto é exclusiva da parte.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1188881/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 05/09/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REGULARIDADE FORMAL. PROTOCOLO ELETRÔNICO OBRIGATÓRIO. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. NÃO APLICAÇÃO. ERRO INESCUSÁVEL.

DECISÃO MANTIDA.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da possível aplicação do princípio da instrumentalidade das formas no caso de interposição do recurso por meio físico quando o processo tramita desde a origem por meio eletrônico.

2. Hipótese em que não se conheceu de Embargos de Declaração opostos contra sentença prolatada por irregularidade formal, uma vez que protocolados fisicamente em Embargos à Execução Fiscal ajuizada e processada pelo sistema eletrônico (Sistema Projudi).

3. Nos termos da jurisprudência do STJ, após a implantação do processo eletrônico, ainda que protocolizada no prazo legal, por equívoco, a petição recursal em formato físico, é imprescindível a interposição eletrônica tempestiva do recurso, sob pena de ser reconhecida sua intempestividade.

4. Estabelecido pelo Provimento da Corregedoria-Geral da Justiça Estadual que o ato deveria ser praticado apenas por meio eletrônico, proibindo o uso de meio físico para tramitação dos processos, não há que se afastar tal determinação em nome do princípio da instrumentalidade das formas.

5. Cabe à parte recorrente a responsabilidade pelo zelo na regularidade da interposição do seu recurso, de modo a não ser escusável a falta de conhecimento de que esse ato somente poderia ser realizado eletronicamente, mas não de forma física (AgRg no AREsp 480.125/SP,

Superior Tribunal de Justiça

Rel. Min. Marco Buzzi, DJe 18.11.2016).

6. Agravo Interno não provido.

(AgInt no AREsp 1212821/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 05/12/2018)

Ademais, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente